

Introdução

Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade

De que falamos quando evocamos a “comunicação intercultural”? Importa ter presente, desde logo, que estamos perante uma realidade dinâmica que escapa a qualquer tentativa de definição demasiado fechada. Deste ponto de vista, mais do que *substantivo*, o intercultural deve ser visto como *adjectivo*, desta forma reforçando o que nesse conceito existe de *processual*. Em contraponto a este entendimento dinâmico e desafiador, assiste-se, por vezes, à emergência de um discurso mais plano e simplificador. Nele, a dimensão de desafio tende a ser substituída por uma espécie de complacência com a certeza do rumo e das metas e nessa simplificação que se deseja operativa há sempre o risco de que algo se perca.

Da nossa parte propomo-nos contribuir para um debate mais acidentado mas também mais estimulante. É necessário salientar que ao falarmos de interculturalidade como processo falamos não só de algo onde se cruzam vários participantes, mas também que estes transportam consigo, como marca profunda e indelével, uma enorme desigualdade. Do mesmo modo, é igualmente importante perceber com clareza que os lugares que habitamos e as fronteiras que nos separam constituem realidades que em boa medida são irremovíveis, transcendendo assim qualquer retórica multicultural. Convém, finalmente, e pondo de lado qualquer desejo de exaustividade, não confundir este mundo mais pequeno que a globalização nos oferece, no qual as pessoas, os produtos e as ideias, podem circular de forma mais acelerada e eficaz, com uma efectiva convergência económica, política, social de quem nele vive.

Bem sabemos que todas estas observações, entre outras possíveis, não são senão formas diferentes de enunciar desigualdades, mas também neste ponto é essencial uma clarificação. A desigualdade é, sem dúvida, uma realidade tangível, facilmente identificada e frequentemente denunciada. Ela não pode, no entanto, ser reduzida a um esquematismo simplificador, pois se o fizermos corremos o risco de reduzir à irrelevância a complexidade de todo um universo de significações, que é em si mesmo difuso mas, ao mesmo tempo, absolutamente

determinante na configuração do sentido que damos ao mundo. A desigualdade decisiva que marca a relação entre diferentes grupos deve ser percebida de um modo multifocal. Na sua persistência e reprodução interferem múltiplos e diversos factores, que vão desde a ordem económica internacional até à diferente experiência histórica, factores permanentemente cruzados com o campo das representações sociais, isto é, com o modo como pensamos e imaginamos o mundo e as relações sociais.

Quando nos propusemos organizar a conferência que esteve na origem desta obra, fizemo-lo a pretexto da celebração do Ano Europeu do Diálogo Intercultural. Talvez o uso da palavra *celebração* deva ser cauteloso neste contexto. Estamos, sem dúvida, mais habituados a celebrar actos ou acontecimentos consumados, como pode ser a fundação da União Europeia ou a chegada de algum esforçado navegador a terras desconhecidas em séculos já distantes. O diálogo intercultural não pode celebrar-se do mesmo modo. Imaginamos que o sentido que se pretendeu atribuir à celebração deste Ano Europeu do Diálogo Intercultural fosse o de louvar e promover a ideia de diálogo, intenção em si mesma muito meritória, mas que contém também um perigo em que convém não incorrer. Não podemos, de facto, reificar a ideia de diálogo intercultural nem fazer dela uma espécie de panaceia para os desequilíbrios estruturais que marcam as nossas sociedades. A diversidade cultural que as caracteriza é uma evidência e dizer que a essa diversidade correspondem formas de diálogo é quase um truísmo. A questão só se torna analiticamente relevante quando procuramos entender e descodificar a natureza desse diálogo. Não tendo a ambição de desbravar novos caminhos, atrevemo-nos, ainda assim, a alertar para o risco de confundir *diálogo* com *simetria* e *interculturalidade* com *igualdade* das partes. Risco, uma vez mais, de uma simplificação grosseira mas apaziguadora, mais própria de um imaginário imperial reciclado em tons pós-modernos, que de uma visão desafiadora e que pretenda, de facto, criar renovados sentidos e modos de vida mais justos.

“Juntos na diversidade” foi o lema escolhido para a campanha de promoção do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, apelando à importância do diálogo intercultural na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Mais do que a simples aceitação do ‘outro’, propõe-se o “acolhimento do ‘outro’ e a transformação de ambos com esse encontro”, como refere Rosário Farmhouse, Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural no texto que abre esta obra.

É consensual que a diversidade contribui para o enriquecimento da sociedade e é reconhecido que a diversidade é fundamental para o desenvolvimento e até para a própria sobrevivência da sociedade. No entanto, muitas vezes a diversidade é encarada como algo meramente folclórico, colorido, que nos permite fazer turismo dentro de portas (como observamos frequentemente em reportagens sobre a Cova da Moura ou sobre o Natal Ortodoxo em Lisboa, por exem-

plo). Todos achamos muito bem e ficamos muito contentes por ter na cidade onde vivemos restaurantes chineses, indianos, mexicanos, etc.; gostamos de ouvir música ao vivo brasileira, cabo-verdiana, angolana, etc.; gostamos de praticar capoeira, dançar cu-duro, dança do ventre, etc. Mas o diálogo com o ‘outro’ vai muito além desta dimensão folclórica. A abertura ao outro significa transformação recíproca. Ora, frequentemente esperamos que essa transformação seja assimétrica: o outro deve pensar como nós, porque nós pensamos melhor. E todos os dias somos confrontados com notícias sobre conflitos entre pessoas, alegadamente devidos a diferenças de religiões, valores ou estilos de vida. De facto, a diversidade gastronómica é bem mais fácil de ‘digerir’ e ‘gerir’ do que a diversidade religiosa, só para dar um exemplo.

Na intenção da conferência “Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios”, que teve lugar na Universidade do Minho em Abril de 2008, pesou a vontade de cruzar olhares em torno dos modos de comunicar dentro de um mundo assumidamente plural. Esta pluralidade, tornada objecto de estudo e reflexão, nada tem a ver, bem entendido, com a diversidade exótica e distante que tanto fascínio causou durante décadas. Trata-se, sem dúvida, de uma realidade tangível e muito próxima, que podemos perspectivar a partir do cultural, do económico ou do político, mas diferentemente da diversidade exótica – de algum modo domesticada por processos de folclorização e outros – estamos, neste caso, perante uma realidade que faz parte integrante daquilo que somos. Algo que nos recharacteriza ao mesmo tempo que se abre ela própria à recharacterização. Produtos e produtores de um mundo plural, marcado pelo incremento de fluxos de pessoas e de ideias, o que procurámos propor à reflexão nesta conferência foi precisamente esse entendimento do mundo. Tentámos fazê-lo recorrendo a diferentes contributos, privilegiando os distintos enquadramentos disciplinares dos convidados, ao mesmo tempo que misturávamos contributos de natureza predominantemente teórica com investigações de carácter mais empírico. Acreditamos que esta é a forma mais adequada para a discussão de um objecto que, afinal, não tem verdadeiramente unidade, antes se fragmenta e estiliza em múltiplas configurações.

Na cerimónia de encerramento desta conferência, foi declarado por Rosário Farmhouse, Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, que a opção portuguesa perante a diversidade cultural passa pelo princípio da interculturalidade. Estas palavras, que podem ser lidas no texto com que abrimos esta obra, revelaram-se adequadas ao encerramento dos nossos trabalhos, mas teriam sido igualmente adequadas se tivessem sido proferidas na abertura. Desde logo pela intenção em que parece assentar essa opção – não só acolher o outro mas também o apelar à transformação mútua a partir do encontro de diferentes povos. Por outro lado, a intenção de interculturalidade encerra, como

já dissemos, um desafio complexo mas apelativo, em torno do qual, de resto, procurámos organizar tanto a conferência quanto a obra que agora se publica. Na primeira parte deste livro agrupámos três textos que se cruzam em torno da problemática das migrações. São contributos que nascem de diferentes problematizações desse tema vasto e multiforme. Por um lado a questão do enquadramento jurídico e político que governa, ou pretende governar, as correntes migratórias na União Europeia. Por outro lado duas questões mais específicas – uma pela demarcação contextual a que se reporta e a outra por olhar as migrações através das narrativas que essa experiência produz. No seu texto, Isabel Estrada Carvalhais parte de uma questão elementar, procurando depois mostrar de que forma ela é enfrentada no plano político e jurídico: “Os problemas da EU com a imigração parecem pois residir por um lado no perfil dos imigrantes que buscam o seu espaço, e por outro na ilegalidade que acompanha os fluxos migratórios”. A perspectiva de Anna Zlobina e Dario Páez orienta-se para uma questão a montante desta: que desafios são enfrentados tanto pelas sociedades receptoras como pelos imigrantes. Centrados no contexto espanhol, os autores procuram dar conta das mudanças e influências mútuas que são produzidas nos vários grupos em confronto. A distinção entre uma esfera mais íntima, onde os valores e os costumes se relacionam de forma declarada com a vida privada e na qual a percepção da diferença não tem impacto directo no bem-estar posicional dos imigrantes, e uma esfera pública, marcada pelas relações laborais, económicas e pessoais, que obriga a um maior esforço de ajustamento, constitui um dos aspectos relevantes deste contributo. O terceiro texto deste bloco, da autoria de Joana Miranda, segue um caminho diferente, orientando a sua argumentação para o modo como a narrativa torna significativa a experiência migratória. Tomando como objecto de inquirição a imagem e a palavra mediadas pelo artista, a autora dá conta do modo como Sérgio Tréfaut percebe uma Lisboa em mudança, mas também de que forma as velhas imagens da saga dos emigrantes portugueses em França, captadas por Gérard Bloncourt, nos interpelam no presente. O segundo bloco de textos que compõem este livro assenta na ideia da narrativa e das representações pós-coloniais. Nele perceberemos de que forma o passado se revela uma dimensão fundamental para o entendimento do presente e também um árduo desafio na persecução de um mais profícuo entendimento entre povos ligados pela experiência colonial. Maria Paula Menezes denuncia a “persistência de uma leitura colonial eurocêntrica sobre a realidade africana”, facto que, a seu ver, constitui um poderoso obstáculo à superação de representações estigmatizantes, por exemplo a que faz da tradição o *topos* de uma sociedade considerada fora da história. Quanto ao trabalho que Sheila Khan nos oferece, vale a pena realçar o esforço de ouvir partes habitualmente silenciadas, na verdade duplamente silenciadas, como são aquelas que o colonialismo designava por *assimilados*. De algum modo equidistantes entre as

partes claramente definidas da relação colonial, estas vozes constroem narrativas vigorosas e por vezes surpreendentes, como faz um informante que declara ter inventado que a sua terra era o Brasil, lugar que emblematiza e sublima por ser terra de mulatos e mestiços. Rosa Cabecinhas e Nesilita Nhaga trabalham também em torno da memória, mas fazem-no a partir de um outro contexto e com base em diferente metodologia. Partindo da ideia de que “urge questionar as narrativas dominantes e ‘descentrar’ o nosso conhecimento do mundo para podermos empreender um efectivo diálogo com o ‘outro’”, as autoras analisam quais os acontecimentos históricos realçados por jovens portugueses e por jovens guineenses, seguindo as linhas que cruzam uns e outros.

O livro encerra com dois blocos de textos de carácter mais teórico, onde a questão da representação está ainda presente, mas sendo agora encarada a partir das trocas simbólicas inerentes a qualquer processo de comunicação. No primeiro destes blocos encontramos dois textos em que a ideia de lugar e de pertença se destacam. A ideia de que o ser humano, enquanto animal dotado de cultura, habita um mundo construído, um espaço cosmeticamente transformado graças a uma tessitura de significados e acções partilhadas, constitui o ponto de partida de Ramon Sarró. Desta base se constrói uma reflexão estimulante e que nos leva a ‘evidências’ que demasiadas vezes nos escapam: “A forma como essencializamos os territórios e lhes atribuímos uma religião (e uma língua, e um povo, e até um *volkgeist*), como se tivessem uma personalidade própria, é uma forma de utilizar o pensamento simbólico para criar lugares concretos, lugares definidos e controlados cognitivamente e politicamente”. Também o texto de Luís Cunha assenta na experiência do espaço, mas propõe uma diferente viagem. A experiência do espaço faz-se aqui a partir de um imaginário condensado em narrativas, sendo desigual o posicionamento dos agentes sociais perante elas – quer como consumidores quer como produtores dessas narrativas. A experiência portuguesa, espartilhada entre um localismo inconsequente e a efabulação de uma apaziguadora vocação imperial, constitui o objecto de estudo neste contributo.

Os dois últimos textos desta obra seguem a tónica predominantemente teórica dos anteriores, mas orientam-se para uma problematização da cultura no mundo contemporâneo. Maria Manuel Baptista observa que alguns teóricos vêm a questão da comunicação intercultural pelo prisma dos obstáculos e dificuldades que contém. É outra a sua perspectiva: pelo seu potencial de partilha, a comunicação intercultural pode ser mais uma solução de aproximação que uma dificuldade, pois “Aquele que compreende o objecto cultural, próprio ou alheio, também a si mesmo se compreende ao compreender o objecto”. O texto de Jean-Martin Rabot, com que encerramos este livro, está construído em torno de um conceito de muito uso nas ciências sociais, mas que parece revelar ainda um adequado potencial para novas tarefas. Viajando do campo religioso à mais ampla ambição de contribuir para explicar as dinâmicas da sociedade contemporânea, a ideia de sincretismo parece adequar-se a uma

espécie de politeísmo pós-moderno, condição que surge marcada por aquilo que se apresenta como a dissolução do sagrado no indivíduo.

Voltemos à questão da celebração. Talvez o diálogo intercultural deva mais ser prometido que celebrado, pois é enquanto promessa que ele revela a sua natureza de desafio a cumprir. A conferência que deu origem a este livro não teve como objectivo declarar conclusões ou sequer definir linhas de acção. O seu intuito foi bem mais simples: congregar diferentes olhares e percursos de forma a que cada um dos participantes se pudesse encontrar com os estímulos que sempre resultam do contacto com ideias que tenham a capacidade de nos surpreender e fazer pensar. Acreditamos que isso foi conseguido na conferência e que também os textos que aqui se oferecem conservarão essa virtude. Se assim for os objectivos desta iniciativa estarão cumpridos.